

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>38.131</b>	<b>131.878</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>20.922</b>	<b>24.423</b>
Disponibilidades (nota 4)	1.213	618	Outras obrigações	20.922	24.423
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	31.275	121.792	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	1.514	6.728
Carteira própria	31.275	121.792	Diversas (nota 8)	19.408	17.695
Outros créditos	5.643	9.468			
Diversos (nota 6)	6.041	9.889			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(398)	(421)			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>125.155</b>	<b>112.510</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>88.661</b>	<b>106.452</b>
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	47.763	36.867	Outras obrigações	88.661	106.452
Carteira própria	47.763	36.867	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	5.010	26.644
Outros créditos	77.392	75.643	Diversas (nota 8)	83.651	79.808
Diversos (nota 6)	77.392	75.643			
<b>PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>53.703</b>	<b>113.513</b>
Intangível	-	-	Capital (nota 11)	174.654	174.654
Ativos intangíveis	-	336	De domiciliados no país	174.654	174.654
Amortizações acumuladas	-	(336)	Prejuízos Acumulados	(120.951)	(61.141)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>163.286</b>	<b>244.388</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>163.286</b>	<b>244.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil quotas)**

	2º semestre	2013	2012
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.540</b>	<b>10.921</b>	<b>20.312</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.540	10.921	20.312
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>11</b>
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	23	23	11
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.563</b>	<b>10.944</b>	<b>20.323</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(49.338)</b>	<b>(101.601)</b>	<b>(106.982)</b>
Receitas de prestação de serviços	46.652	85.368	52.004
Outras despesas administrativas (nota 12)	(85.653)	(174.782)	(150.061)
Despesas tributárias	(6.719)	(12.296)	(7.477)
Outras receitas operacionais (nota 13)	4.121	12.637	4.815
Outras despesas operacionais (nota 14)	(7.738)	(12.528)	(6.263)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(44.775)</b>	<b>(90.657)</b>	<b>(86.659)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>(79)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(44.775)</b>	<b>(90.615)</b>	<b>(86.738)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>16.403</b>	<b>30.805</b>	<b>29.464</b>
Ativo fiscal diferido (nota 7c)	16.403	30.805	29.464
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>(28.372)</b>	<b>(59.810)</b>	<b>(57.274)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL QUOTAS (174.654.195)</b>	<b>(162.45)</b>	<b>(342.45)</b>	<b>(327.93)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)**

	Capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>174.654</b>	<b>(3.867)</b>	<b>170.787</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(57.274)	(57.274)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>174.654</b>	<b>(61.141)</b>	<b>113.513</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	(59.810)	(59.810)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>174.654</b>	<b>(120.951)</b>	<b>53.703</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013</b>	<b>174.654</b>	<b>(92.579)</b>	<b>82.075</b>
PREJUÍZO DO SEMESTRE	-	(28.372)	(28.372)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>174.654</b>	<b>(120.951)</b>	<b>53.703</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)**

	2º SEMESTRE 2013	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(44.295)</b>	<b>(111.493)</b>	<b>(86.930)</b>
Prejuízo Ajustado	(44.295)	(111.493)	(86.930)
Prejuízo Líquido	(28.372)	(59.810)	(57.274)
Ajustes ao Prejuízo líquido:	(15.923)	(51.683)	(29.656)
Provisão (reversão) de passivos judiciais (nota 10.b)	733	(20.064)	1.442
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	(230)	(791)	(1.623)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários (nota 7.c)	(16.403)	(30.805)	(29.464)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(23)	(23)	(11)
<b>Variações das contas de ativo e passivo operacional</b>	<b>7.687</b>	<b>32.466</b>	<b>12.459</b>
Aumento (redução) de outros créditos	2.254	33.694	(30.508)
Redução em outras obrigações	5.433	(1.228)	42.967
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(36.608)</b>	<b>(79.025)</b>	<b>(74.471)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>37.324</b>	<b>79.621</b>	<b>73.851</b>
Aumento em títulos e valores mobiliários	37.324	79.621	73.851
<b>Caixa líquido originado nas atividades de investimento</b>	<b>37.324</b>	<b>79.621</b>	<b>73.851</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>716</b>	<b>596</b>	<b>-620</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre / exercício	497	618	1.238
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre / exercício	<b>1.213</b>	<b>1.213</b>	<b>618</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - Em milhares de reais**

	2º semestre	2013	2012
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>149.456</b>	<b>123.304</b>	<b>87.198</b>
Depósitos bancários	2.743	2.408	826
Cheques e outros valores a receber	-	-	1.024
Aplicações financeiras	146.713	120.896	85.348
<b>(+) Recursos coletados</b>	<b>343.233</b>	<b>624.229</b>	<b>376.230</b>
Contribuições para aquisição de bens	258.487	468.944	281.692
Taxa de administração	43.300	78.010	44.776
Contribuições ao fundo de reserva	7.774	14.086	8.469
Rendimento de aplicações financeiras	5.488	9.364	6.679
Multas e juros moratórios	2.002	3.119	1.375
Prêmios de seguro	6.888	12.285	6.150
Outros	19.294	38.421	27.089
<b>(-) Recursos utilizados</b>	<b>315.184</b>	<b>570.028</b>	<b>340.124</b>
Aquisição de bens	244.663	443.705	266.003
Taxa de administração	45.264	82.758	47.880
Multas e juros moratórios	710	1.266	686
Prêmios de seguro	7.298	13.288	6.786
Custas judiciais	15	23	14
Devolução a consorciados desligados	4.125	8.282	9.559
Despesas de registro de contratos	347	629	334
Outros	12.762	20.077	8.862
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>	<b>177.505</b>	<b>177.505</b>	<b>123.304</b>
Depósitos bancários	1.799	1.799	2.408
Cheques e outros valores a receber	5	5	-
Aplicações financeiras	175.701	175.701	120.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)**

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>556.514</b>	<b>319.236</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>556.514</b>	<b>319.236</b>
Disponibilidades	1.799	2.408	Obrigações diversas	556.514	319.236
Depósitos bancários	1.799	2.408	Obrigações com consorciados	278.181	160.630
Aplicações financeiras (nota 5)	175.701	120.896	Valores a repassar	1.825	2.012
Outros créditos	379.014	195.932	Obrigações por contemplações a entregar	128.255	87.179
Cheques e outros valores a receber	1.112	2.022	Obrigações com a Administradora	84	55
Direitos dos consorciados contemplados	377.902	193.910	Recursos a devolver a consorciados	118.249	50.458
Normais	376.135	192.814	Recursos dos grupos	29.920	18.902
Em atraso	1.767	1.096			
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>4.591.391</b>	<b>3.261.702</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>4.591.391</b>	<b>3.261.702</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	39.650	27.443	Recursos mensais a receber de consorciados	39.650	27.443
Contribuições devidas ao grupo	2.355.681	1.657.326	Obrigações do grupo por contribuição	2.355.681	1.657.326
Valor dos bens a contemplar	2.196.060	1.576.933	Bens a contemplar - valor	2.196.060	1.576.933
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.147.905</b>	<b>3.580.938</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.147.905</b>	<b>3.580.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

Em 9 de agosto de 2013, conforme ofício 06419/2013 do BACEN, foi aprovada a transferência de controle do Banco GMAC S.A. e, em consequência, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., para a General Motors Financial Company, Inc., nos termos do Contrato de Compra e Venda, de 21 de novembro de 2012.

**2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis são as seguintes:

**3.1. Administradora**

**a) Resultado das operações**

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

**c) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

**d) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

**e) Ativos intangíveis**

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

**f) Redução ao valor recuperável dos ativos**

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

**g) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

**h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

**i) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao ano, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias. A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil.

A administração avaliou as alterações trazidas pela MP 627 e entende que as demonstrações financeiras da Administradora não estão sujeitas a impactos significativos.

**j) Partes relacionadas**

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

**3.2. Grupos de consórcio**

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer até 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

**a) Aplicações financeiras**

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

**b) Direitos dos consorciados contemplados**

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundos comum e de reserva.

**d) Contribuições devidas ao grupo**

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

**e) Valor dos bens a contemplar**

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

**f) Obrigações com consorciados**

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

**g) Valores a repassar**

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

**h) Obrigações por contemplações a entregar**

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

**i) Recursos a devolver a consorciados**

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

**j) Recursos do grupo**

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

**k) Informações complementares sobre os grupos em andamento**

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro. A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2013	2012
Quantidade de grupos administrados	384	277
Quantidade de consorciados ativos	104.375	80.576
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	159.332	49.684
Quantidade de bens entregues no ano	14.243	9.457
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	2.902	2.035
Taxa de inadimplência	9,35%	12,32%

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2013	2012
Disponibilidades	1.213	618

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2013	2012	2013	2012
Certificados de Depósito Bancário - CDBs-Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	79.038	158.659	-	-
Quotas de fundos de investimento: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	175.701	120.896
Total	79.038	158.659	175.701	120.896

- (a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até dezembro de 2015, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 7,55% e 11,85%, das quais parte está relacionada aos recursos não procurados.
- (b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$ 175.701 (R\$ 120.896 em 2012).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013			2012		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Certificados de Depósito Bancário	31.275	47.763	79.038	121.792	36.867	158.659

	2013		2012	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	175.701	175.701	120.896	120.896

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

**6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2013	2012
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	398	421
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	3.795	8.856
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	71.927	45.884
Devedores por depósitos em garantia (c)	5.261	27.858
Outros	1.654	2.513
<b>Total</b>	<b>83.035</b>	<b>85.532</b>
Ativo circulante	5.643	9.889
Realizável a longo prazo	77.392	75.643

- (a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.  
(b) Referem-se substancialmente a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado (R\$ 3.248 em 2013 e R\$ 3.171 em 2012).  
(c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:**

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	99	36	105	38
Provisão para riscos fiscais (ver nota nº 10)	636	240	6.040	2.185
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	419	151	300	107
Provisão de valores a devolver para consorciados (ver nota nº 8)	3.967	1.428	2.935	1.057
Prejuízos Fiscais e base negativa de CSLL	43.594	15.693	19.329	6.959
Provisão para pagamento de comissões sobre vendas (ver nota nº 8)	3.995	1.438	3.645	1.312
Outros	59	172	1.266	606
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>52.769</b>	<b>19.158</b>	<b>33.620</b>	<b>12.264</b>
	71.927		45.884	

**b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:**

Ano	IR		CS		Valor contábil Total	Valor Presente Total
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa		
2014	650	595	240	214	1.699	1.534
2015	701	4.076	257	1.465	6.499	5.299
2016	99	5.080	36	1.827	7.042	5.184
2017	-	6.110	-	2.200	8.310	5.524
2018	-	7.548	-	2.717	10.265	6.161
2019	-	8.825	-	3.177	12.002	6.504
2020	-	9.963	-	3.587	13.550	6.630
2021	-	1.397	-	506	1.903	841
2022	-	-	-	-	-	-
2023	7.725	-	2.932	-	10.657	3.839
<b>Total</b>	<b>9.175</b>	<b>43.594</b>	<b>3.465</b>	<b>15.693</b>	<b>71.927</b>	<b>41.516</b>

(\*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 41.515 em 31 dezembro de 2013. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado anualmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetada (10,75%) pelo BACEN. Adicionalmente o registro dos créditos tributários considera a recente troca de controle do Banco GMAC S.A. e em consequência, da Administradora (vide nota explicativa nº 1) e encontra-se sustentada na Resolução 3355/06 - Artigo 1º - Inciso I - Parágrafo 4º.

**c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do semestre:**

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(90.615)	(90.615)	(86.738)	(86.738)
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	22.654	8.155	21.686	7.806
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	(3)	(1)	(20)	(7)
Outras adições permanentes	22.651	8.154	21.665	7.799
Imposto de renda e contribuição social credor no ano	22.651	8.154	21.665	7.799
<b>Total</b>	<b>30.805</b>	<b>29.464</b>		

**d) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012:**

	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Constituição de crédito tributário	19.150	6.894	21.895	7.882
Realização (constituição) de passivo fiscal diferido	3.501	1.260	(230)	(83)
	22.651	8.154	21.665	7.799
<b>Total de créditos constituídos</b>	<b>30.805</b>	<b>29.464</b>		

**8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

	2013	2012
Valores a pagar a sociedades ligadas	290	276
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	65.240	63.362
Provisões para riscos (ver nota nº 10.a)		
Provisão para riscos cíveis	1.648	1.173
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	-	1.615
Provisão para riscos trabalhistas	29	27

continuação...	2013	2012
Provisão para comissões (b)	15.981	14.578
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	15.868	11.739
Outros	4.003	4.733
<b>Total</b>	<b>103.059</b>	<b>97.503</b>

	2013	2012
Passivo circulante	19.408	17.695
Exigível a longo prazo	83.651	79.808

- (a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas aplicações financeiras da Administradora e deduzidos pela taxa de manutenção cobrada pela administradora.  
(b) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.  
(c) Refere-se à provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSLL do período de 1992 a 1996.  
(d) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

**9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais (veja nota nº 10.a)	4.182	26.645
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	828	5.589
Impostos e contribuições a recolher	1.514	1.138
<b>Total</b>	<b>6.524</b>	<b>33.372</b>
Passivo circulante	1.514	6.728
Exigível a longo prazo	5.010	26.644

(\*) Refere-se à constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

**10. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

**a) Composição das provisões de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

	2013	2012
Obrigações legais fiscais:		
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	10.546
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	11.450
Programa de Integração Social - PIS	2.328	2.236
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.854	1.798
Subtotal das obrigações legais	4.182	26.030
Provisão para riscos fiscais:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	615
<b>Total da provisão para riscos fiscais e obrigações legais</b>	<b>4.182</b>	<b>26.645</b>
Provisão para riscos cíveis	1.648	1.173
Provisão para riscos - outros passivos (nota nº 8.c)	-	1.615
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 8)	29	27
<b>Total da provisão para riscos</b>	<b>5.859</b>	<b>29.460</b>

**b) Movimentação das provisões e obrigações legais:**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>28.260</b>	<b>27</b>	<b>1.173</b>	<b>29.460</b>
Constituição (Reversões) líquidas do período	(24.078)	2	2.738	(21.338)
Pagamentos	-	-	(2.263)	(2.263)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.182</b>	<b>29</b>	<b>1.648</b>	<b>5.859</b>
Depósitos em garantia (nota 6.c)	4.193	8	1.060	5.261

**c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:**

	2013		2012	
	Quantidade de processos	Montante	Quantidade de processos	Montante
Trabalhista	1	19	-	-
Cíveis	138	509	84	360
<b>Posição em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>139</b>	<b>528</b>	<b>84</b>	<b>360</b>

**Obrigações legais**

Referem-se basicamente à obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:  
• PIS/COFINS - mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.  
• CPMF - a principal tese em discussão refere-se à mandado de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

**Provisão para riscos fiscais**

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativos a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:  
ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 30% do valor em risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

**Riscos trabalhistas**

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

**Riscos cíveis**

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizações provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.  
A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

#### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$ 174.654 (174.654.195 quotas em 31 de dezembro de 2013).

Conforme previsto no estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 os acionistas abriram mão dos dividendos no período, portanto não havendo proposta de distribuição.

#### 12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2013	2012
Prestação de serviços administrativos (a)	5.875	11.646	10.988
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	71.152	146.762	125.864
Sistema de comunicação	1.596	3.283	2.109
Sistema de processamento de dados	2.416	4.662	4.265
Outras	4.614	8.429	6.835
<b>Total</b>	<b>85.653</b>	<b>174.782</b>	<b>150.061</b>

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas no exercício de 2013 - 91.477 cotas e no ano de 2012 - 101.387 cotas.

#### 13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2013	2012
Reversão de provisão (a)	3.073	10.404	2.422
Recuperação de despesas	51	61	3
Atualização Monetária de Impostos a Compensar e depósitos em garantia	230	791	1.622
Receita de multa e juros	714	1.272	691
Outras	53	109	77
<b>Total</b>	<b>4.121</b>	<b>12.637</b>	<b>4.815</b>

(a) Refere-se substancialmente à reversão de provisão de comissão e de contingências fiscais (CSLL e COFINS), devido a adesão ao Refis (vide nota 18).

#### 14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre	2013	2012
Variação monetária e juros passivos (a)	6.350	8.123	4.387
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	86	393	900
Indenização por ações cíveis	1.054	2.263	543
Indenização por ações fiscais	-	1.274	1
Outras	248	475	432
<b>Total</b>	<b>7.738</b>	<b>12.528</b>	<b>6.263</b>

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos judiciais.

#### 15. PARTES RELACIONADAS

##### a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

#### b) Benefícios de Curto Prazo

	2013	2012
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	620	1.656
Remuneração variável	382	287
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	63	-
<b>Total</b>	<b>1.065</b>	<b>1.943</b>

#### c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

#### d) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, podem ser resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)		
	2013	2012	2º semestre	2013	2012
<b>CONTROLADORA:</b>					
Banco GMAC S.A.:					
Aplicações em CDBs	79.038	158.659	4.540	10.921	20.312
Outras obrigações - diversas	(290)	(276)	-	-	-
<b>PARTES RELACIONADAS:</b>					
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:					
Outras obrigações - diversas	-	-	(5.875)	(11.646)	(10.988)

#### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adota o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

#### 18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESAO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI Nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora incluiu CSLL e COFINS no montante total de R\$ 21.995, sendo R\$ 8.237 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 12.779 de juros, sem considerar os descontos do programa. Em junho de 2013 foi reconhecido um ganho no balanço de R\$ 5.522 pela redução dos juros anistiadados e multas, com o efetivo encerramento do processo, ensejando a reversão do passivo contingente pela conversão em renda para a união do principal devido mais atualização monetária depositado judicialmente.

#### A DIRETORIA

CONTADOR : Elio Pereira Sales - CRC 1SP212554/O-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da  
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2013 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato da Administradora possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2013 créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 71.927 mil, conforme divulgado na nota 7 das demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros conforme plano orçamentário preparado e aprovado pela administração.

São Paulo, 21 de Março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita  
Contador  
CRC nº 1 SP 201506/O-5

**Deloitte.**